

Globethics Repository



O Pasquim: resistência crítica e humor [O Pasquim: critical resistance and humor]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository.
More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy
of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Braga, José Luiz
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-09-12 00:23:57
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/163377

Carlos Fico- Não tem dúvida. Há muito estereótipo sobre a ditadura militar. O senso comum tem leituras muito equivocadas sobre isso, porque o trabalho do historiador sobre o tema da ditadura, que vamos aos poucos desmontando com a pesquisa histórica, é muito recente. O que houve foram avaliações da ciência política e também memórias: uma grande memória mística, que existe, sobretudo desde os anos 1970, da direita e da esquerda. Mas o trabalho de historiador com base no acervo documentário, emanado da ditadura militar é muito recente.

O PASQUIM: RESISTÊNCIA CRÍTICA E HUMOR

Entrevista com José Luiz Braga

*José Luiz Braga é coordenador do PPG em Comunicação da Unisinos, doutor em Ciências da Informação e da Comunicação pela Universidade de Paris II, França. A tese de doutorado, que posteriormente foi publicada intitula-se **O Pasquim e Os Anos 70**. Brasília: UNB, 1991. Na pesquisa, Braga fez entre 1980 e 1984 um estudo do jornal semanal **O Pasquim**, abrangendo as origens do jornal, em 1969, até 1982, data em que O Pasquim começou uma nova fase. O pesquisador é também autor de **Comunicação & Educação - Questões delicadas na interface**. São Paulo: Hacker Editores, 2001 e organizador de **Brasil - Comunicação, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994; e **A Encenação dos Sentidos - Mídia, Cultura e Política**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995. O professor foi entrevistado pelo IHU On-Line, em sua editoria IHU Repórter, na edição n.º 77 do dia 29/09/2003.*

IHU On-Line- Quais eram as condições sociais, políticas e culturais que levaram à criação de O Pasquim?

José Luiz Braga- Ele não começou como contestação ao regime militar. Começou numa perspectiva de sobrevivência dos jornalistas que o criaram. Em 1964, o governo cortou uma série de coisas que eram mais visivelmente populares, com perfil de esquerda, e que imediatamente se tornariam contestadoras: movimentos estudantil e sindical, jornais de esquerda e uma série de ações muito concretas que aconteciam no País, relacionadas à reforma agrária, às experiências educacionais de Paulo Freire, etc. Com relação à imprensa, a ação foi maior sobre a imprensa partidária e sindical e menos sobre a imprensa geral. O período entre 1964 e 1968 ainda, para a imprensa é muito rico, tanto que surgiu a revista **Veja**, que não é a **Veja** que conhecemos hoje. Era uma revista extremamente renovadora. Apareceu a revista **Realidade**, o **Jornal da Tarde**. Todas elas experiências muito ricas de jornalismo, porque os jornalistas que saíram dos jornais que foram fechados foram para esses espaços. No pré-1964, havia um perfil de jornalista crítico, analítico, contestador. Em 1968, surgiram novas complicações para a imprensa. Quando veio o “golpe dentro do golpe”, com o AI-5, começou uma pressão radical sobre as empresas jornalísticas para frear o profissional do jornalismo crítico e politicamente ativo. **O Pasquim** começou em julho de 1969. Um grupo que tinha perdido espaços nos jornais, humoristas, desenhistas de humor, que faziam charge política, criaram **O Pasquim** como estratégia de sobrevivência. A idéia deles era criar um jornal de humor para abordar outros assuntos que não fosse política e se deslocaram para a crítica de costumes, a crítica cultural.

IHU On-Line- Mas ainda sem querer acabaram fazendo uma proposta que incomodou os militares?

José Luiz Braga- Em um período bastante curto, eles descobriram que a crítica de costumes incomodava o governo. O que não foi pensado para criticá-lo acabou incomodando-o e é fácil entender por quê. A política conservadora dos militares era coerente com uma política conservadora dos costumes, tirados dos velhos baús de família, valores extremamente

tradicionais, como a posição da mulher na sociedade, etc. Diante disso, uma crítica de costumes numa perspectiva sarcástica, que criticava exatamente esses valores, foi sentida pelo regime militar como crítica política. Os jornalistas do **Pasquim** pensavam estar trabalhando numa área de baixo risco e, de repente, todo o mundo é preso, depois da lei da censura prévia, sem nem saber por quê. Só nesse momento perceberam que aquilo que faziam tinha um sentido político.

IHU On-Line- Como continuou o jornal estando eles presos?

José Luiz Braga- Eles ficaram presos uns 20 ou 30 dias. O único que não foi preso, porque apenas publicava os cartoons, foi Millor Fernandes. Ele e o Henfil fizeram os quatro números do jornal. Esses números são muito interessantes, porque eles não podiam sequer noticiar que os outros estavam presos. Pensaram em fechar o jornal, mas resolveram assumir e eles dois publicaram charges ao estilo dos outros, como se fossem Ziraldo, Jaguar, etc. Como se o **Pasquim** estivesse sendo redigido normalmente, mas era evidente a diferença. Uma forma óbvia de dizer que os outros não estavam. Nessa época, publicavam muita carta do leitor. Alguns leitores reclamavam, não entendiam e escreviam: “O **Pasquim** está uma droga, mudou. O que está acontecendo?”. Por esse fato, muitas pessoas entenderam que havia um espaço cultural rico em **O Pasquim**, que fazia sentido como contestação, a contestação possível da época. E começaram a aparecer militantes culturais de diversas áreas, intelectuais, artistas, produtores culturais, etc, porque perceberam que era um espaço a ser defendido e, nele podiam dar sua contribuição. Começou, então, a ser um jornal humorístico e de crítica social, cheio de entrelinhas, de insinuações. No início, os censores não percebiam certas obviedades. Por exemplo, eles mudavam a cada semana o lema do jornal. Um deles, que passou pela censura prévia, dizia “tesoura sim, alicate não”. Uma crítica contra a tortura, ou seja, “a censura a gente agüenta, mas a tortura não”. Claro que muita gente não entendia, era preciso ter uma percepção do contexto.

IHU On-Line- O público que compreendia a mensagem do jornal era muito reduzido?

José Luiz Braga- Roberto Schwartz em um estudo dos anos 1970, diz que a esquerda brasileira era, na época, um grupo de 50 mil pessoas, urbanas, especialmente de São Paulo, e acho que esse número era otimista. Mas claro que não eram só eles os leitores de **O Pasquim**, o jornal chegou a ter uma tiragem de 120 mil exemplares, que, para a época, era absolutamente extraordinário.

IHU On-Line- Qual era a diferença dos outros jornais alternativos da época?

José Luiz Braga- A diferença estava, por exemplo, nas linhas editoriais. Nos jornais alternativos, geralmente o editorial era decidido semana a semana em assembleia, mas sempre ficavam vozes que calavam, já que ganhava a maioria. **O Pasquim** era diferente. O camarada tinha uma coluna e colocava o que ele queria, o que possibilitava, inclusive, debate entre colunas. Na verdade, era um jornal de colunas, sendo que algumas eram desenho. Eram espaços de decisão individual do autor. Frequentemente brigavam “ao vivo” no jornal. Jaguar publicava uma charge, no número seguinte o Ivan Lessa fazia uma crítica daquilo, na outra alguém colocava uma terceira posição e, acompanhando uma série de jornais fica evidente essa polêmica, acontecendo ao vivo no jornal. Isso o mantinha muito rico, muito vivo e muito plural.

IHU On-Line- Que outras formas eles usavam para passar pela censura?

José Luiz Braga- Para sair um jornal, eles produziam três, o que tinha um efeito de cansaço sobre o censor, que sempre deixava passar alguma coisa. No começo, quem fazia a censura era uma mulher com uma certa formação jornalística. Eles descobriram que ela gostava de beber, então a convidavam para ir ao jornal, ficavam batendo papo e bebendo, depois entregavam a edição da semana para ela, e a censura era mínima. Logo, os militares desconfiaram o que estava acontecendo e a substituíram por um general. O jornal foi recolhido das bancas várias vezes, teve 4 a 5 apreensões. Passando pela censura prévia, ia para as bancas. Nesse meio tempo, os militares descobriam alguma coisa de que não gostavam e apreendiam o jornal. E o jornal não podia dizer que tinha sido apreendido, porque a imprensa não podia dizer que havia censura. Mas eles sempre encontravam a forma de dizê-lo. Uma delas foi a escolha do lema: “**O Pasquim**: um jornal muito apreensivo”, fazendo um jogo de palavras com estar apreendido. E a censura não percebia.

IHU On-Line- Mas nunca foi fechado como foi o caso de jornais políticos e sindicais?

José Luiz Braga- Octavio Ianni tem um estudo muito interessante sobre a imagem que o governo militar criava para fora e para dentro. O regime militar tinha uma postura para si próprio que era considerar-se democrático. Os militares sempre recusaram a idéia de que fosse uma ditadura. Tanto que eles cumpriram uma série de formalidades democráticas para manter uma imagem, até para eles mesmos. Claro que as fronteiras da democracia se encolheram: os generais sempre foram eleitos. Os presidentes nunca foram diretamente designados, foram eleitos pelos próprios generais. Para eles isso era democracia: ninguém tomou o poder, foi eleito. Sempre assumiram essa auto-imagem. Até aos Atos Institucionais eles quiseram dar o status de decisões constitucionais. Houve sempre essa preocupação. Por exemplo, Petrônio Portella disse, como porta-voz do Geisel: “O presidente não tem como saber o que acontece nos porões do poder”, referindo-se à tortura. Os jornais alternativos tiveram seu espaço, mas em nenhum momento, houve a decisão de proibi-los. No momento em que fechassem o jornal, escancarava a idéia de ditadura.

IHU On-Line- Como e quando acabou a censura?

José Luiz Braga- **O Pasquim** parou de ter censura prévia, no nº 300, em 1975. Os membros do jornal receberam um telegrama dos censores, dizendo que não precisavam mais passar pela censura e que “a partir deste momento a responsabilidade é de vocês”. O número 300 foi o primeiro sem censura, o Millôr Fernandes era o presidente do jornal. Eles tiraram da gaveta uma porção de coisas bem radicais de crítica. Millôr fez um editorial, sobre essa frase do telegrama. Ele disse explicitamente que o jornal não estava mais sob censura prévia e disse que o General que assinou o telegrama se enganou: “a responsabilidade sempre foi nossa e sempre caiu nas nossas costas, porque nós que fomos presos, tivemos números apreendidos, matérias cortadas, etc.”. O número 300 foi apreendido. O primeiro número sem censura foi apreendido. No número 301, os integrantes do jornal recuaram, porque eles não teriam como sobreviver se todos os jornais fossem apreendidos. No n.º 301, Millôr disse explicitamente que seriam mais cautelosos. Ainda outros números, mesmo na transição lenta e gradual, no governo Figueiredo, foram apreendidos. Por exemplo, quando o governo Figueiredo completou um ano, a capa de **O Pasquim** trazia um bolo e uma moça saindo do bolo, só que o rosto era o do presidente Figueiredo, em volta os integrantes de **O Pasquim**, batendo palmas e uma legenda dizendo: “um aninho só” (um ano de seu governo) “e já com um corpinho de 16” (os anos anteriores do regime). E obviamente foi apreendido de novo.

IHU On-Line- Em que momento *O Pasquim* começa a abandonar essas características tão marcantes?

José Luiz Braga- O jornal vai com essa pluralidade até a anistia. Com a anistia, *O Pasquim* deu ênfase aos retornados. Eu chamo esse período de “o jornal dos retornados”. Todo o mundo passou a escrever no jornal e, ao mesmo tempo, as vozes liberais se fizeram presentes também. Com a anistia, há um relaxamento dos controles e a situação é outra. É o esforço de recuperação da democracia e obviamente os aliados mais evidentes são as vozes liberais que não são contestação de esquerda, mas esforço de retomada do padrão democrático anterior, sem uma preocupação pela implantação de um regime socialista. Amplia-se mais o leque de pluralidade e as vozes liberais entram nesse leque. Isso já é no período dos anos 1980. Começa a haver eleições nos Estados e se elegem, em 1982, governos de oposição aos militares. O momento é outro. Para *O Pasquim* é um período de fechamento, vai se tornando mais estadual (RJ), não nacional. Um grande conflito interno são as opções que os jornalistas fazem entre as várias candidaturas, e quem apóia Brizola e o PDT, que vence as eleições no Rio de Janeiro, é o Jaguar. Depois das eleições muitas pessoas saem do jornal, e ele perde a pluralidade.

IHU On-Line- Parece um paradoxo tanta pluralidade em tempos de repressão e, em tempos de abertura, a pluralidade diminui?

José Luiz Braga- O jornal se politiza mais, a partir dos retornados e perde o que o caracterizava e fazia sua pluralidade. Ao mesmo tempo, os intelectuais, artistas, etc. que tinham espaço no jornal começam a encontrar espaços em outras áreas. Perde pluralidade também por causa disso. E *O Pasquim*, hoje, é outra coisa, decorre diretamente do contexto em que foi desenvolvido. Muitos dos que estão agora, estavam nos inícios. Eles fazem humor com as posições que já tinham na época, mas o jornal não é só a substância, é a relação com o contexto. A lógica de *O Pasquim* é o percurso que constrói nesse contexto específico.

O Pasquim lido nas suas entrelinhas é muito representativo da história da década de 1970, inclusive da década anterior de enorme riqueza cultural, artística, acadêmica. É um dos lugares de onde se pode olhar o golpe com uma panorâmica muito grande.

IHU On-Line- Como vê o jornalismo alternativo hoje?

José Luiz Braga- A imprensa alternativa de 1960-1970 se tornou uma riqueza extraordinária. Não só porque tinha uma postura de crítica política, predominantemente socialista, mas também porque, na prática, eles realizaram uma outra crítica que infelizmente não se tornou tão explícita, que é a crítica aos processos jornalísticos. A grande imprensa se desenvolveu nesse período. O regime ajudou a modernizar as empresas jornalísticas, como a *Globo*, tanto a TV como seus jornais, que se modernizou como empresa jornalística, capitalista com suas qualidades específicas. O que a imprensa alternativa fez foi uma experimentação de jornalismo “outro”, alternativo. Não só por ter outra posição política, e sim por outra posição de fazer jornal. E isso para mim foi riquíssimo. A abertura significou praticamente o desaparecimento da pequena imprensa, porque não ficou suficientemente claro o processo que eles não eram simplesmente crítica política ao regime, mas sim que eles eram crítica ao processo jornalístico. Só que essa crítica não era refletida, escrita, era simplesmente crítica ao modo de ser outra coisa. Houve a experiência, mas não a reflexão, porque se pensava a política, mas não se pensava a própria experiência de vida de imprensa alternativa.